

# O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu - PR<sup>1</sup>

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Doutorando em Geografia

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)

e-mail: estevanleopoldo@yahoo.com.br

## Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado no ano de 2003 pelo Governo Federal brasileiro tendo dois objetivos principais: 1 - a compra de produtos de origem camponesa pelo mercado institucional e; 2 - a doação de parte desses produtos para pessoas em condição de vulnerabilidade social. Nesse artigo, com base na experiência de implementação do PAA no Território Cantuquiriguaçu - PR, demonstra-se que essa política pública tem tido um papel emancipatório para o campesinato, haja vista que tem contribuído para diminuir sua condição de subalternidade em relação ao agronegócio.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); políticas públicas emancipatórias; Território Cantuquiriguaçu.

## Abstract

### The Food Acquisition Program as an emancipatory public policy in the Cantuquiriguaçu territory - PR

The Food Acquisition Program was created in 2003 by Brazilian Federal Government and it has two principal goals: 1 - the purchasing of the peasant products by institutional market and; 2 - the donation of the part of these products to people in social vulnerability condition. In this paper, based on the PAA implementation experience in the Cantuquiriguaçu territory - PR, is shown that this public policy has had an emancipatory role for the peasantry, because it has helped relieve your subordinate status in relation to agribusiness.

**Keywords:** Food Acquisition Program (PAA); emancipatory public policies; Cantuquiriguaçu Territory.

## Resumen

### El Programa de Adquisición de los Alimentos (PAA) como política pública emancipatória en el territorio Cantuquiriguaçu - PR

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) fue creado en 2003 por el Gobierno Federal de Brasil tiene dos objetivos principales: 1 - la compra de productos de los campesinos vía el mercado institucional; 2 - la donación de estos productos a las personas en situación de

---

<sup>1</sup> Esse trabalho contém análises preliminares da pesquisa de doutorado "A soberania alimentar através do Estado e dos movimentos socioespaciais: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede *Farm to Cafeteria Canad* (F2CC)" que tem sido financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

vulnerabilidade social. En este artículo, basado en la experiencia de implementación de PAA en el Territorio Cantuquiriguaçu - PR, se demuestra que esta política pública ha tenido un papel emancipador para el campesinado, en vista de que ha ayudado a aliviar su situación de subordinación en relación con la agroindustria.

**Palabras-clave:** Programa de Adquisición de Alimentos (PAA); política pública emancipatória. Territorio Cantuquiriguaçu.

## Introdução

As compras governamentais têm sido utilizadas por países como o Brasil, o Canadá, os Estados Unidos, a Itália, a Índia e a Escócia como uma proposta de garantia do direito ao alimento e como possibilidade de melhoria da condição de vida de agricultores de base familiar (De SCHUTTER, 2014). Essas medidas podem ser entendidas como ações alternativas à economia de mercado, pois propiciam uma participação mais efetiva do Estado na regulação da oferta e demanda de alimentos (McMURTRY, 2014).

No Brasil, como uma antiga proposição dos movimentos socioterritoriais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado no ano de 2003, tendo por objetivo a compra governamental de produtos de origem camponesa, sem a ocorrência de licitação e sua doação a pessoas em condição de vulnerabilidade social. Sua importância tem sido atestada por diversos autores (MATTEI, 2007; AGAPTO et al., 2012; SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011; FERRANTE, DUVAL e GÊMERO, 2011; SPAROVEK, 2007; WITTMAN e BLESCH, 2014, dentre outros). Além do mais, por meio de acordos de cooperação internacionais, o PAA também tem servido de inspiração para ações em outros países (TAKAGI et al., 2014).

Nesse contexto, o presente artigo contém uma leitura sobre a importância do PAA para a agricultura camponesa do território Cantuquiriguaçu, que é formado por um conjunto de 20 municípios do estado do Paraná. Considerando que as políticas públicas podem ser compensatórias ou emancipatórias, busca-se discutir a capacidade do PAA de contribuir para a superação da condição de subalternidade dos camponeses do território Cantuquiriguaçu em relação ao agronegócio.

O trabalho está organizado em três partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira, é feita uma discussão sobre os tipos de políticas públicas e como elas se relacionam com disputa pelo Estado entre as classes sociais. Na sequência, consta uma descrição da Questão Agrária no Território Cantuquiriguaçu. Por fim, é feita uma análise da importância do PAA para a agricultura camponesa no território Cantuquiriguaçu.

## Políticas públicas compensatórias e políticas públicas emancipatórias

As políticas públicas são resultado da disputa pelo Estado entre as classes sociais e interferem de maneira direta na conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio. De acordo com a correlação de forças, elas podem manter o *status quo* ou contribuir para sua superação.

O Estado é gerado pelas contradições da sociedade, de tal modo que as políticas públicas são formuladas nas lutas das classes e grupos sociais pela defesa de seus interesses. Dentro desse espectro, as políticas públicas são analisadas como

[...] espaços de luta e busca de construção de direitos, afirmando-se uma visão que politiza sua discussão, na medida em que obriga o analista a não mais apenas se referenciar no Estado, como único e inevitável centro possível do debate. Ele deve incorporar a dimensão essencialmente conflitiva de interesses e grupos de interesses, próprios da dinâmica de uma

sociedade marcada por lutas de classes, em um primeiro e abrangente plano de análise, mas também de lutas segmentadas por outros elementos definidores de identidades e interesses na sociedade. (MELAZZO, 2010, p.12-13).

Essa leitura indica que as políticas públicas são o modo direto de disputa pelo Estado entre as classes e os grupos sociais. Dependendo da correlação de forças que conforma um determinado governo alguns temas podem ser considerados como mais importantes para a aplicação de políticas públicas e outros relegados a um segundo plano. Isso vai depender dos paradigmas que orientam as ações dos governantes (FERNANDES, 2013).

Governos que são eleitos por meio de uma coalizão de forças populares, necessariamente responderão com maior ênfase aos interesses da população de baixa renda, dando relevância para políticas de cunho social, mesmo que isso não aponte para mudanças estruturais. Isso tem ocorrido em alguns países da América Latina, como a Venezuela, a Bolívia, o Uruguai e o próprio Brasil (SADER, 2009).

Por outro lado, governos que são eleitos através de alianças entre o grande capital e os partidos políticos dão maior ênfase às políticas que propagam as relações capitalistas, como a exportação de *comodities*, a flexibilização das leis trabalhistas, a oferta de empréstimos e financiamentos para acelerar a grande produção industrial entre outros.

Por esses fatores, toda política pública deve ser entendida como o resultado da manifestação de interesses coletivos que remetem à luta entre as classes e grupos sociais, se caracterizando como uma ação intencional (SOUZA, 2006).

Por esse raciocínio, compreende-se que as políticas públicas são consequência de vontades, de escolhas e de decisões. Até mesmo a opção de um governo em não criar políticas públicas para um determinado problema constitui-se como parte da conflitualidade entre as classes e grupos sociais.

Em todo o ciclo de vida das políticas públicas existem conflitos por sua orientação (FREY, 2000). A correlação de forças em suas diversas fases vai determinar o tipo de relação que ela possuirá com o sistema hegemônico. Nem toda a política que é voltada para as populações subalternas criará relações capazes de aumentar o grau de autonomia delas em relação à classe hegemônica. Existem políticas públicas que geram impactos nas estruturas de poder e outras que apenas as confirmam em seu estado atual. Como parte do ajuste estrutural do capitalismo é comum que sejam criadas políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações subalternas, mas em poucas ocasiões se prevê o fortalecimento de relações diferentes das que o capitalismo gera.

Tendo o campo como referência, isso quer dizer que nem todas as políticas que visam melhorar a vida dos camponeses possuem a intenção de gerar mudanças estruturais. Isso porque são políticas que surgem fora das comunidades beneficiadas por elas como uma iniciativa do Estado e sujeita as interferências das grandes corporações sobre ele. Assim:

A política pública pode ser elaborada de “baixo para cima” ou de “cima para baixo”, ou seja pode ser um proposição de diferentes organizações civis e pode ser uma intervenção estatal, mas com certeza sempre será disputada na relação Estado e sociedade e por suas classes sociais. No debate sobre definição de política pública há uma compreensão predominante que esta é de competência do Estado, mesmo que em parceria com organizações civis. Todavia, há experiências de políticas públicas que não são de competência do Estado pelo fato da estrutura estatal não querer se prestar a este papel, como é o caso das ocupações de terras. Estas ações são protopolíticas públicas, pois sem elas a maioria dos assentamentos de reforma agrária não existiria. (FERNANDES, 2013, p.57).

O autor entende como protopolíticas públicas o fato de setores da sociedade que não compõem a estrutura administrativa do Estado aumentarem o dimensionamento de um

problema e darem a ele maior relevância social. Nem sempre isso irá gerar políticas públicas, contudo, em alguns casos, esse pode ser o caminho para o fortalecimento das comunidades subalternas. São exemplos de protopolíticas públicas: 1 - a iniciativa de grupos organizados pela sociedade civil de países da América do Norte para valorizar a produção local de alimentos (ANDERSON, 2013; THOMPSON *et al*, 2015); 2 - as ocupações de terras, que contribuem para a implantação dos assentamentos rurais (FERNANDES, 1999) e; 3- a ocupação de prédios urbanos que contribuem para a conquista de moradia (SOUZA JÚNIOR, 2008).

Partindo desse entendimento, pode-se considerar a existência de políticas que surgem como uma aspiração direta das populações subalternas, expressando suas necessidades e a busca pela garantia dos seus direitos. Essas são políticas geradas “de baixo para cima” e se caracterizam por terem origem nas próprias comunidades beneficiadas por elas e não no corpo administrativo do Estado ou de instituições multilaterais, vinculadas ao processo de expansão do capital. Tal proposição reforça a leitura a respeito das disputas pelo Estado.

Nesse sentido, Fernandes (2013) aponta para a existência de dois tipos de políticas públicas, as que possuem caráter **compensatório** e as que possuem caráter **emancipatório**, sendo que:

As políticas compensatórias, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. (FERNANDES, 2013, p.58).

O principal elemento diferenciador dessas políticas é a forma como se dá a conflitualidade entre o Estado, os setores representantes da classe hegemônica e as classes subalternas.

Nessa relação, as populações que compõem as classes subalternas podem ser submissas e aceitar que as políticas relacionadas a elas venham de fora, ou então, serem propositivas e apontarem estratégias de resolução para os problemas que possuem em suas comunidades.

O formato da política pública depende da correlação de forças estabelecida na sociedade na qual as populações subalternas estão inseridas. Um país com maior apelo democrático possibilitará que algumas dessas proposições vindas das populações subalternas sejam aceitas pelos governos e incorporadas a sua agenda de políticas públicas. Um país com menor apelo democrático possuirá governos com maior resistência em aceitar as proposições das populações subalternas. A leitura de mundo adotada por um governo e as alianças firmadas por ele irão definir os impactos que as políticas públicas poderão gerar na estrutura de poder da sociedade na qual estão inseridos.

Portanto, as **políticas compensatórias** não levam em consideração o protagonismo das populações que vivem em caráter subalterno em relação ao sistema hegemônico do capitalismo. Elas são criadas para atender a um problema que ganhou relevância pública, porém, as estratégias previstas não visam gerar sequer uma autonomia relativa das pessoas que por ela são beneficiadas.

Deve-se frisar que essas políticas públicas possuem a importância de terem por objetivo melhorar a vida daqueles que a ela estão relacionados, contudo, não possuem uma perspectiva de alteração das relações de poder. Remetendo a uma conhecida expressão popular, essas políticas públicas “dão o peixe, sem ensinar como pescá-lo”, ou seja, elas até buscam solucionar problemas que afligem as pessoas, mas criam nelas uma situação de dependência em relação a capacidades de outros.

A criação de políticas compensatórias é uma característica dos governos com princípios neoliberais, que possuem a concepção de que o Estado não deve interferir nas relações estabelecidas no mercado. Isso faz com que o Estado perca o poder de

intervenção na busca pela diminuição das desigualdades sociais. Nesse caso, a autonomia das populações subalternas não é um objetivo a ser atingido, pois não se busca a alteração do quadro social.

Por outro lado, as **políticas emancipatórias** são geradas pelas próprias populações que vivem em condição subalterna no capitalismo. Elas não possuem o objetivo de fortalecer as relações capitalistas, mas sim de criar alternativas a elas, fortalecendo outros tipos de mercado e outras relações de trabalho, além do assalariamento.

Governos que têm origem em coalizões populares possuem maiores possibilidades de suscitar políticas emancipatórias, pois a correlação de forças que lhes garante possibilita seguir caminhos diferentes dos que são ditados pelo capital.

Além disso, esse tipo de política pública tem por base o protagonismo das populações subalternas, quando através da pressão ou não, elas levam o Estado a legitimar as proposições por elas apresentadas. A concepção de Estado Mínimo, que embasa o neoliberalismo tem levado muitos governos a proporem a participação da sociedade civil como forma de diminuir as responsabilidades do Poder Público frente a determinados problemas que possuem relevância política. Nessas ocasiões, dificilmente são criadas condições para que as políticas públicas adquiram uma dinâmica emancipatória, pois o grau de influência que as populações subalternas possuem no ciclo de vida delas é muito pequeno. Fazer esse tipo de observação é importante, pois nem todo tipo de política pública que tem como um de seus componentes o envolvimento da sociedade civil possui potencial emancipador.

Tendo essas referências, na sequência do trabalho visa-se analisar a importância do PAA para a luta pela permanência na terra por parte dos camponeses do Território Cantuquiriguaçu.

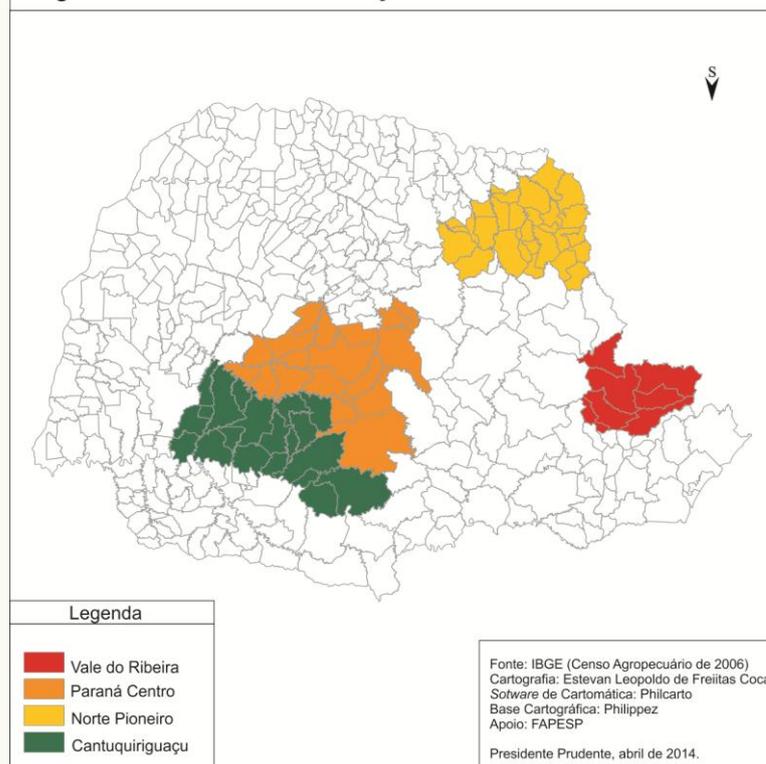
## A Questão Agrária no território Cantuquiriguaçu

O Território Cantuquiriguaçu é composto por 20 municípios localizados nas microrregiões de Guarapuava e Cascavel (Figura 01)<sup>2</sup>, sendo delimitado pelos rios Cantu, ao oeste; Piquiri, ao norte e Iguaçu, ao sul. Sua área é de 13.959,744 km<sup>2</sup>, o que representa 7% da área total do estado do Paraná.

Ele foi classificado pelo Governo Federal brasileiro como “território rural” em 2003 e como “território da cidadania” em 2008, passando a receber políticas públicas de desenvolvimento territorial, dentre as quais o PAA. Contribuíram para isso fatores como: 1 - a existência de características socioeconômicas notavelmente rurais, sendo que 47% de sua população vive no campo, número que é consideravelmente maior do que o do Brasil (16%) e o do estado do Paraná (15%) (IBGE, 2010) e; 2 - o baixo desempenho econômico e social dos seus municípios, já que dentre eles a média do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,659, sendo consideravelmente mais baixa do que a do Brasil (0,727) e a do Paraná (0,749) (PNUD, 2013).

<sup>2</sup> Compõem o Território Cantuquiriguaçu os seguintes municípios: Porto Barreiro, Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Virmond e Diamante do Sul.

Figura 01 - Paraná - Localização dos Territórios da Cidadania



O marco inicial da Questão Agrária no território Cantuquiriguaçu é a expropriação de comunidades indígenas<sup>3</sup> com a chegada dos colonizadores europeus e a formação de fazendas para exploração agropecuária (LEITE, 2006; DURAT, 2011).

Tal medida se deu através da implementação de uma política de aldeamento indígena. Como resultado disso, atualmente o Cantuquiriguaçu possui a maior reserva indígena do estado Paraná, denominada como Rio das Cobras, que possui 18.691 ha<sup>4</sup>. Nela vivem cerca de 2.830 indígenas das populações Kaingang e Guarani (PORTAL KAINGANG, 2014). Essa reserva possui nove aldeias: Sede (Kaingang); Trevo (Kaingang); Taquara (Kaingang); Campo do Dia (Kaingang); Encruzilhada (Kaingang); Vila Nova (Kaingang); Água Santa (Guarani); Rio da Lebre (Guarani) e Pinhal (Guarani).

Após a tomada dos territórios indígenas, os colonizadores europeus iniciaram uma verdadeira rapina dos recursos naturais. No século XIX e no princípio do século XX destacou-se a extração da erva-mate, com significativa participação do trabalho forçado dos indígenas. O cultivo dessa planta se tornou uma importante alternativa de obtenção de lucros, mobilizando grande gama de recursos e pessoas nas diversas etapas do seu processo de extração, beneficiamento e comercialização.

Contudo, com a crise de recessão global do final da década de 1930 ocorreu um declínio na produção ervateira em todo o Brasil. O Cantuquiriguaçu também foi afetado, de tal modo que aos poucos a extração da erva-mate deixou de ser sua principal atividade econômica.

A extração de madeira ocupou o posto de principal atividade econômica do campo paranaense nas décadas seguintes. Isso ocorreu porque com a realização da I Guerra Mundial a importação de pinho da Europa foi cessada, o que motivou a exploração do pinho-paranaense (*Araucaria angustifolia*), que foi bem aceito tanto no Brasil quanto na Argentina.

<sup>3</sup> No Cantuquiriguaçu viviam índios Kaingang, do tronco linguístico Jê, formando as tribos Camés, Votorões e Dorins (IPARDES, 2004).

<sup>4</sup> A Reserva Indígena Rio das Cobras localiza-se nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão do Alto Iguçu.

Para legitimar essa atividade foi criado pela Lei Estadual de nº 2.670 o Instituto de Madeira do Paraná.

Deve-se ressaltar que a exploração madeireira ocasionou uma grande devastação da mata nativa em grande parte do estado do Paraná, de modo que atualmente exista apenas 12% da vegetação original (GAZETA DO POVO, 2010).

No Cantuquiriguaçu merece destaque a instalação da empresa Giacomet-Marodin Indústria de Madeiras - S.A., na década de 1970. Essa empresa chegou a ter a propriedade de 83 mil ha distribuídos pelos seguintes municípios: Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu, caracterizando-se como um dos maiores latifúndios brasileiros.

A atuação da Giacomet-Marodin ocasionou um massivo processo de dilapidação dos recursos florestais e inúmeros casos de violência contra camponeses. Na década de 1990, após diversos conflitos contra camponeses organizados pelos movimentos socioterritoriais e a desapropriação de parte do seu território para fins de reforma agrária, essa empresa mudou seu nome comercial para Araupel S.A. (COCA, 2011).

Outro importante elemento da Questão Agrária do Cantuquiriguaçu foi a atuação de empresas colonizadoras, dentre as décadas de 1940 e 1960. Durante os mandatos dos governadores Moysés Lupion (1947-1950 e 1955-1960) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) foram incentivadas diversas iniciativas de colonização nas terras que compunham o antigo Território Federal do Iguaçu<sup>5</sup>, através de empresas públicas e particulares.

No estado do Paraná, a colonização oficial era gerida por dois órgãos públicos: o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI). Conforme Myskiw (2002, p.66-67), eles:

[...] a princípio, atuaram no sentido de coordenar a colonização. No entanto, contribuíram também para o surgimento de mais e mais problemas relacionados à titulação de terras e de privilegiar alguns grupos econômicos interessados na apropriação de terras com fins lucrativos.

Optou-se por um sistema de colonização baseado nas pequenas propriedades e na vinda de imigrantes europeus. Muitos posseiros que viviam no Cantuquiriguaçu resistiram duramente a esse processo, como ocorreu no caso do Levante de Três Barras, que resultou na morte de 02 funcionários de uma empresa de colonização particular e na prisão de 33 camponeses (MYSKIW, 2002).

Além disso, também se destacam na Questão Agrária do Cantuquiriguaçu os impactos sócio-ambientais ocasionados pela construção de 07 usinas hidrelétricas. Diversos ribeirinhos foram expropriados de suas terras, sendo que muitos deles não receberam qualquer tipo de indenização (VINHOLI, 2009). Isso fez com que parte desses ribeirinhos passasse a integrar os movimentos socioterritoriais que começavam a ser organizados no final da década de 1970 e no princípio da década de 1980 (FERNANDES, 1999).

No ano de 1984, próximo ao Território Cantuquiriguaçu, no município de Cascavel, foi fundado o MST, unindo a luta de camponeses paranaenses, paulistas, sul-mato-grossenses, catarinenses e gaúchos (FERNANDES, 1999). Nas décadas seguintes o MST se constitui como o principal movimento socioterritorial do Brasil, sendo o responsável pela maior parte das ocupações de terra (REDE DATALUTA, 2013).

Entre 1988 e 2012 ocorreram no território Cantuquiriguaçu 71 ocupações de terra, com a participação de 16.741 famílias. Esse número representa 10% das ocupações e 19% das famílias participantes no estado do Paraná. Dos seus 20 municípios, apenas em Diamante do Sul e Marquinho não foi registrado esse tipo de conflito fundiário. O município com maior número de famílias em ocupações de terras é Rio Bonito do Iguaçu, sendo seguido por Quedas do Iguaçu (REDE DATALUTA, 2013).

<sup>5</sup> Como parte da política de ocupação das áreas de fronteira do governo de Getúlio Vargas, o Cantuquiriguaçu compôs o Território Federal do Iguaçu entre os anos de 1943 e 1946, tendo Laranjeiras do Sul como sua capital.

Como resultados dessas ocupações de terra, entre 1984 e 2012 foram implantados 49 assentamentos rurais, com 4.581 famílias e 95.399 ha. Esses dados representam 17% dos assentamentos, 24% das famílias e 24% da área destinada a reforma agrária no estado do Paraná (REDE DATALUTA, 2013).

Apesar da importância da implantação desses assentamentos rurais, o agronegócio ainda concentra a maior parte das terras agricultáveis do Cantuquiriguaçu. Os estabelecimentos familiares são 82% do total<sup>6</sup>, porém, ocupam apenas 30% da área (IBGE, 2006).

## O PAA como política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu

O PAA foi criado pelo Governo Federal brasileiro por meio da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero (PFZ). Essa política pública possui os seguintes objetivos:

- garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- contribuir para formação de estoques estratégicos;
- permitir aos agricultores e agricultoras familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos;
- promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar;
- abastecer o mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar. (BRASIL, 2010, p.3).

Pelo PAA, os produtos de origem camponesa são adquiridos por órgãos do Governo Federal através de preços de mercado sem a necessidade de licitação. Para acessar essa política pública os camponeses devem ser portadores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é um documento elaborado por órgãos autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o intuito de atestar o estabelecimento como de base familiar.

O PAA possui seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques para a Agricultura Familiar, Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra Institucional, Incentivo à Produção do Leite e Aquisição de Sementes.

No território Cantuquiriguaçu a modalidade mais acessada é a Compra com Doação Simultânea. Por ela, os produtos de origem camponesa adquiridos pelo Governo Federal são doados para pessoas em condição de vulnerabilidade social que são atendidas pela rede socioassistencial local. Dada essa importância, as análises do presente trabalho referem-se especificamente a essa modalidade do PAA.

A primeira experiência do PAA - Compra com Doação Simultânea no território Cantuquiriguaçu ocorreu no ano de 2004, por meio da Central das Associações Rurais Rio da Prata (CARP), de Nova Laranjeiras. Dessa primeira experiência até o ano de 2013, todos os municípios do território Cantuquiriguaçu participaram do PAA - Compra com Doação Simultânea, com destaque para Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu que concentraram o maior número de camponeses proponentes. O ano que teve o maior número de participantes foi 2010, com 1.110.

Se percebe que o PAA tem se constituído como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu pelos seguintes motivos: **incentivo à formação de**

<sup>6</sup> Conforme à Lei 11.326/2006, são considerados estabelecimentos familiares aqueles que possuem os seguintes requisitos: até 4 módulos fiscais, predominância da mão de obra familiar na composição do trabalho, a principal fonte de renda da família provém do próprio estabelecimento e o estabelecimento é dirigido pela própria família.

**cooperativas e associações camponesas, diversificação produtiva, diminuição da penosidade do trabalho/garantia de renda e valorização do trabalho feminino.** A seguir, consta uma discussão sobre esses efeitos gerados pelo PAA.

Um dos principais efeitos do PAA no território Cantuquiriguaçu é a **formação e o fortalecimento de cooperativas e associações camponesas**. Isso adquire grande importância na medida em que se percebe que as mesorregiões Oeste Paranaense e Centro-sul Paranaense, onde se localizam os municípios do Cantuquiriguaçu, possuem um histórico de forte atuação de cooperativas vinculadas ao agronegócio, privilegiando a monocultura e relegando aos camponeses um espaço subalterno no sistema alimentar. Um exemplo do gigantismo desses empreendimentos é a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL), com sede em Cascavel, especializada na produção de grãos. A COOPAVEL possui 26 filiais, 3.400 associados e 4.689 funcionários. No ano de 2013, seu faturamento chegou a R\$ 1.5 bilhão dada a comercialização de seus produtos com o mercado interno e o mercado externo (COOPAVEL, 2015). Também podem ser citadas a Cooperativa Agrária Agroindustrial, de Guarapuava; a Cooperativa de Produtores de Sementes de Laranjeiras (COOPROSSEL), de Laranjeiras do Sul; a Cooperativa Agroindustrial (COASUL), de São João e outras. Essas cooperativas contribuíram para o fortalecimento do agronegócio e a subalternidade do campesinato no Cantuquiriguaçu. Antes da criação dos canais de comercialização via mercado institucional, muitos camponeses não conjecturavam a viabilização de sua produção por outro meio que não fosse a integração junto a essas grandes unidades cooperativas. Por isso, eram forçados a produzir monocultivos, sendo que em muitos casos, essa produção era comercializada pela grandes cooperativas do agronegócio com o mercado externo, afetando a segurança alimentar da população do território Cantuquiriguaçu.

Contudo, o que se percebe é que através das políticas de comercialização da produção camponesa pelo mercado institucional, especialmente o PAA, associações e cooperativas voltadas para a produção familiar estão sendo fortalecidas. Para os camponeses, essas entidades não possuem apenas uma função econômica, mas também política, pois se constituem como uma referência para a luta na terra (FABRINI, 2002).

Em 2010, que foi o ano com maior número de camponeses participantes do PAA - Doação Simultânea no Cantuquiriguaçu, houve a atuação de 08 associações camponesas e 09 cooperativas. Dentre essas, uma cooperativa era formada especificamente com assentados em projetos de reforma agrária e as demais entidades proponentes eram voltadas para camponeses “convencionais”.

A Cooperativa do Assentamento 08 de Junho (COOPERJUNHO) de Laranjeiras do Sul, é um exemplo de como o PAA tem contribuído para a formação de estratégias de produção e comercialização coletivas por parte dos camponeses. Ela é formada por cerca de 50 camponeses assentados, dos quais a grande maioria tem no PAA sua principal fonte de renda.

De início, o que sustentou, o que alavancou a própria cooperativa, foi o PAA. A gente sempre tem visto assim que a maioria das entidades não deveria se preocupar em ficar fixa no programa. Eu acho que o programa é bom pra dar força, pra dar capital, pra começar a se organizar, mais com o passar dos anos, ela vai ter que achar outros caminhos. Não pode ficar preso no programa. Pode trocar o governo daqui a dois, três anos e daí? Pode o programa não continuar, pode não ter recursos e daí vai indo e a entidade acaba junto. Então a gente tem essa preocupação. A nossa ideia é sempre ter 50% de venda do programa e 50% de venda não do programa, até porque se der problema num ou no outro a entidade e aí hoje tem umas trinta e poucas pessoas trabalhando conosco. Então, é complicado, de uma hora pra outra tem que parar. (I. A. - Presidente da COOPERJUNHO - 27/08/2013).

Percebe-se que a COOPERJUNHO foi criada, antes de qualquer coisa, para otimizar a participação dos camponeses assentados no PAA. Contudo, existe uma preocupação com a criação de outras possibilidades de comercialização dos produtos camponeses.

Outro exemplo de contribuição do PAA para a criação e a orientação entidades coletivas camponesas é a Cooperativa Monjolo, de Nova Laranjeiras, que é formada possui 70 sócios.

O PAA, em Novas Laranjeiras, começou em 2004. Nós começamos aqui no interior do município em uma comunidade distante daqui há 28km, então nós começamos por uma associação. Não sei se posso dizer que é um privilégio... e nós trabalhamos até 2009 fazendo a operação do PAA por essa associação. Em 2009, cria-se essa estrutura e nós trouxemos para cá e criamos a cooperativa; mas a cooperativa existe em razão dos programas, principalmente o PAA. E nós estamos com a cooperativa, desde 2009, e temos uma expectativa muito boa em relação à cooperativa. (D. P. - Presidente da Cooperativa Monjolo - 28/08/2013).

Em 2004, a CARP foi a primeira entidade proponente do PAA - Doação Simultânea no Cantuquiriguaçu. No ano de 2009 ela foi transformada na Cooperativa Monjolo, com o intuito de dar maior dinamismo na relação dos camponeses com o mercado institucional de alimentos. Ou seja, percebe-se que assim como ocorreu com a COOPERJUNHO, antes da cooperativa existia uma associação, contudo, em razão da busca por ampliar a escala de atuação no mercado institucional de alimentos, optou-se pelo sistema cooperativista.

Tanto a COOPERJUNHO quanto a Monjolo se destacam por oferecer ao PAA produtos processados, em razão de possuírem cozinhas industriais em suas sedes. No que se refere à COOPERJUNHO, no ano de 2010, o maior valor obtido com a venda de produtos *in natura* foi com a alface, R\$ 4.851,00. Já no que se refere aos produtos processados, os valores foram bem superiores, com destaque para os seguintes: R\$ 11.000,00 com bolachas, R\$ 10.200,00 com doce de jabuticaba, R\$ 10.080,00 com pão e R\$ 6.270,00 com macarrão. No que se refere à Monjolo, em 2012, dentre os produtos comercializados por ela comercializados, o que obteve maior valor foi o pão, com R\$ 52.292,25. Esse valor é bem superior ao do milho (R\$ 31.534,60), que dentre os produtos que foram comercializados sem passar pelo processamento foi o que obteve maior valores.

Assim, a COOPERJUNHO e a Monjolo são exemplos de como o PAA tem sido uma referência para a formação e o funcionamento de cooperativas camponesas no território Cantuquiriguaçu. Mesmo que isso não represente uma diminuição da força das grandes cooperativas vinculadas ao agronegócio, ao menos percebe-se que os camponeses se apoiam nelas para ampliar sua inserção no mercado.

Outro fato que qualifica o PAA como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu é sua contribuição para a **diversificação produtiva**. As principais formas de uso da terra no Cantuquiriguaçu, de acordo com a área destinada a elas, são: a pecuária e a criação de outros animais, com 47%; as lavouras temporárias (especialmente a produção de grãos), com 42% e a extração florestal, com 7% (IBGE, 2006). Contudo, o PAA tem contribuído para que nas unidades de produção camponesas outros tipos de cultivos sejam efetivados como diversas variedades de frutas, raízes, verduras e legumes, além dos produtos beneficiados.

No que se refere aos camponeses vinculados à COOPERJUNHO, por exemplo, a diversificação produtiva tem contribuído para a diminuição da dependência em relação às grandes cooperativas de beneficiamento de grãos como a COOPERGRÃO e a COASUL.

V. C., que é um dos associados da COOPERJUNHO, antes de participar do mercado institucional de alimentos pelo PAA produzia grãos em seu lote, especialmente o milho, o feijão e a soja. Sobre a condição de vida nessa época, ele diz o seguinte:

Olha, passava dificuldade, com certeza passava dificuldade. Eu plantava umas culturas aqui que seria mais ou menos o feijão, a gente colhe a partir

de três meses; o milho, cinco a seis meses; a soja a mesma coisa, então a gente ficava um longo tempo sem pegar dinheiro, então era mais dificultoso (V. C. - Cooperado da COOPERJUNHO e beneficiário do PAA - 27/08/2014).

Muitos dos membros da COOPERJUNHO, antes de participarem do PAA viviam a mesma dificuldade, ou seja, a produção de grãos não garantia a frequência da renda. Nos períodos de colheita, se tudo ocorresse bem, eles recebiam pelos seus produtos, porém, na entressafra não tinham rendimento financeiro. Com a participação no PAA, além de receber com maior frequência pelos produtos do seu lote, esses camponeses passaram a obter maiores rendimentos.

A diversificação produtiva incentivada pelo PAA no assentamento 08 de Junho fica ainda mais evidente quando se percebe que no ano de 2012, a COOPERJUNHO entregou para entidades socioassistenciais e escolas do município de Laranjeiras do Sul 261.269 kg de 87 tipos de produtos.

Também na Cooperativa Monjolo se percebe que o PAA abre uma maior perspectiva para a diversificação produtiva dos camponeses.

Nós trabalhamos muito com o que é do tempo. Por exemplo, chega a época do milho verde, nós temos muito milho verde, chega o tempo da melancia, nós temos muita melancia, chega o tempo da abóbora, nós temos muita abóbora, aí mandioca, batata, os legumes, daí o da frequência mesmo, de todo dia, é a parte da panificação, mas esse já é produto industrializado, a gente tem uma estrutura muito boa (D. P. - Presidente da Cooperativa Monjolo - 28/08/2013).

Assim como demonstrado por camponeses vinculados à COOPERJUNHO, também na Monjolo para a diversificação produtiva incentivada pelo PAA teve grande contribuição a aceitação de produtos gerados de acordo com a sazonalidade. Os contratos estabelecidos com a CONAB não forçam os camponeses a se especializarem na produção de um único gênero durante todo o ano, pelo contrário, existe uma maleabilidade para que sejam entregues os produtos típicos de cada época do ano.

Em razão dessa possibilidade, somente no ano de 2012, a Monjolo entregou 289.499 kg divididos em 60 tipos de produtos para entidades socioassistenciais e escolas do município de Nova Laranjeiras.

Essas mudanças observadas nas unidades de produção camponesas vinculadas ao PAA através da diversificação produtiva trazem a possibilidade do resgate de produtos característicos dessa região do estado do Paraná.

No território, o programa, em alguns municípios, tem se destacado e tem evoluído, e na verdade tem sido assim uma forma de resgate de produtos que, muitas vezes, estavam esquecidos pelo agricultor, não dava tanto valor, e até não se dedicava na questão de produção [...] (M. R. - Funcionário da EMATER - 08/2013, grifos nossos).

Nesse sentido, o PAA tem contribuído para que os produtos típicos da agricultura camponesa no Cantuquiriguaçu sejam valorizados. Muitos deles já não eram produzidos pelos camponeses porque tinham pequeno valor comercial. Contudo, devido ao fato de o PAA instigar a oferta de alimentos diversificados para atender pessoas em condição de vulnerabilidade social, esses produtos têm sido resgatados.

A importância da diversificação produtiva estimulada pelo PAA também tem sido intuída pelos movimentos socioterritoriais. V. S., uma das lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entende que a comercialização dos seus produtos através do mercado institucional tem feito com que os agricultores camponeses se preocupem mais com a

[...] a organização da produção, passa-se a produzir um pouco mais planejado, dado que tem uma demanda que é constante e que não é de safra, é durante todo o ano. Isso permite, inclusive, no nosso trabalho a mudança ou a transição agroecológica, porque como tem todo um processo de planejamento, aí se abrem as portas para se inserir novas tecnologias, recuperar novos conhecimentos e tal (V. S. - Liderança do MPA - 06/2014).

Nesse sentido, a diversificação produtiva pode contribuir para uma mudança estrutural no modelo de agricultura desenvolvido no Cantuquiriguaçu. Os camponeses deixam de ser dependentes de insumos químicos e passam a produzir através de métodos agroecológicos.

Outro fator que contribui para o entendimento do PAA como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu é a **diminuição da penosidade do trabalho/garantia de renda**.

Um dos fatores que contribuíram para que o Cantuquiriguaçu fosse selecionado como território rural em 2003 e como território da cidadania em 2008 foi o seu elevado número de pessoas em condição de miséria. No ano de 2010, existiam no Cantuquiriguaçu 9,27% de pessoas consideradas extremamente pobres, 21,08% consideradas pobres e 40,99% em condição de vulnerabilidade à pobreza (PNUD, 2013). Ou seja, apenas 28,66% da população do Cantuquiriguaçu não estava em nenhum dos estratos de pobreza definidos pela ONU, o que comprova o fraco desempenho econômico e social do desse território da cidadania.

Boa parte dessas pessoas consideradas extremamente pobres, pobres ou vulneráveis à pobreza vive no campo em condições como agricultores familiares convencionais, sem-terra, assentados, atingidos por barragens, comunidades tradicionais e outras; em razão disso, estratégias que visem dar a elas um aumento e/ou garantia de renda são importantes para que possam ter sua condição de vida senão modificada, ao menos melhorada. Ao mesmo tempo em que essas pessoas carecem de políticas de cunho social, as quais visam sanar problemas que são carecem de solução emergente, como é o caso da fome e da dificuldade em obter medicamentos, por exemplo, para combater esse grave problema também são importantes políticas públicas de cunho estrutural que visam modificar seu estrato de renda.

O que se observa é que o PAA tem contribuído para que no campo, ocorra a garantia da renda dos camponeses proponentes, além de diminuir a penosidade do trabalho a que antes eles eram submetidos para poder se manter na terra. Mesmo que os valores das cotas que cada camponês pode comercializar ainda sejam considerados baixos, tal política pública tem sido importante para o desempenho econômico dos camponeses. Nesse sentido, os R\$ 11.200.842 que foram repassados aos camponeses do Cantuquiriguaçu entre 2004 e 2012 através do PAA - Doação Simultânea, representaram um importante elemento para a dinamização da produção familiar.

A garantia de comercialização da sua produção tem contribuído para a diminuição do grau de auto exploração que as famílias camponesas efetiva para poder sobreviver em suas unidades de produção (CHAYANOV, 1973). Ou seja, o trabalho que antes era desenvolvido arduamente para a obtenção de uma renda que muitas vezes não supria as necessidades básicas da famílias, com as políticas públicas de comercialização da produção camponesa através do mercado institucional torna-se menos dificultoso e a renda ou permanece na mesma faixa ou então aumenta. Isso fica evidente no depoimento do camponês V. R., membro da Cooperativa da Agricultura Familiar de Quedas do Iguaçu (COOPAFI):

Olha, eu vou te falar uma coisa, quando você é pequeno agricultor e vai trabalhar nesses projetos bem organizados, obviamente que melhora. Ele melhora muito mais a renda e tu trabalha menos, a partir da hora que tu tiveres conhecimento, porque tu vais trabalhar de maneira mais correta, mais certa, em comparação com 10 anos atrás, eu não sei porque que eu trabalhei tanto, não era viável trabalhar tanto! Hoje eu trabalho a metade do

que trabalhava antes (V. R. - Cooperado da COOPAFI de Quedas do Iguaçu - 15/06/2014).

Assim, evidencia-se que fatores como a garantia de comercialização e a possibilidade de organizar melhor a sua produção têm contribuído para que os camponeses proponentes do PAA encontrem menor penosidade no trabalho do que anteriormente, quando não possuíam a possibilidade de acessar o mercado institucional de alimentos.

Opinião semelhante é expressa por D. P., da Cooperativa Monjolo, que ao ser indagado se o PAA tem contribuído para o aumento de renda dos cooperados da entidade por ele presidida disse o seguinte: “Eu não diria que houve uma melhora, mas houve uma redução no trabalho forçado, no trabalho pesado, mas financeiramente eu creio que ainda vá melhorar” (D. P. - Presidente da Cooperativa Monjolo - 28/08/2013). Ou seja, mesmo que o aumento da renda ainda não seja notório, o PAA tem ao menos contribuído para que o trabalho desempenhado pelos camponeses e suas famílias seja menos penoso, o que cria maiores alternativas para que eles reproduzam seu modo de vida e produção.

Outro ponto que é apontado como benéfico é a **garantia da renda**. Essa leitura fica clara na fala dos representantes dos movimentos socioterritoriais que atuam no território Cantuquiriguaçu, como pode ser percebido na colocação de E. C., do MST:

[...] aonde o pessoal consegue um pouco de organização, de fato, **fixa a renda**. Hoje as prefeituras estão pegando firme, lá em Laranjeiras, com o Eugênio que era do PT, em um ano o orçamento vai entrar com quase um milhão e pouco de reais aí pra merenda escolar, pros pequenos agricultores. Mas veja bem, ali a prefeitura botou caminhões que fazem rotas, tem dois três técnicos, no ano passado tinha os que ajudavam a organizar essa regularidade dos produtores, eles acompanhavam, então havia esse trabalho aí de desenvolver, mas se deixar espontaneamente vai muito devagar (E. C. - Liderança do MST - 08/2013, grifos nossos).

Percebe-se que com a contribuição do Poder Público Municipal e a organização dos camponeses é possível a fixação de renda. Ou seja, as famílias camponesas passam a ter a certeza de que terão uma certa quantia de dinheiro para contribuir com suas despesas mensais, o que não ocorria em grande parte delas até então. Elas não ficam mais reféns da comercialização de produtos sazonais, haja vista que o PAA prevê a comercialização de produtos diversificados, de tal modo, que a família camponesa pode ser programar para que em cada época do ano ela tenha um produto para oferecer.

Ainda discutindo sobre como os movimentos socioterritoriais do Cantuquiriguaçu avaliam os impactos do PAA na renda e no trabalho dos camponeses proponentes, V. S., da direção do MPA, faz uma interessante leitura:

[...] as famílias que se inserem nessa dinâmica não querem sair mais, porque ela mexe na renda em dois sentidos: primeiro, permite ter renda de produção que antes não se contava. Antes não se produzia alface, abóbora, mandioca, batata para o autoconsumo, agora se produz um pouco a mais e tem-se uma renda a partir desse tipo de produção; e a segunda é uma renda que entra mensalmente [...] Então, ajuda a manter uma condição financeira por mais que não seja uma renda substancial, que mude a vida estruturalmente, que possa comprar uma terra; mas garante a vida cotidiana numa outra qualidade de vida [...] o PAA e tem esse efeito: já que você vai produzir de tudo um pouco para fornecer, você produz de tudo um pouco para o próprio abastecimento da família. Melhora a alimentação, melhora o abastecimento em casa e, portanto, há uma **renda invisibilizada** aí, o cara deixa de comprar no mercado ou passa a se alimentar do que ele não se alimentava antes e há uma renda efetiva ao comercializar isso (V. S. - Liderança do - 06/2014, grifos nossos).

Por essa visão, ao incentivar os camponeses a diversificarem sua produção, o PAA contribui para um aumento indireto de sua renda. Isso ocorre porque produtos que antes não eram cultivados nas unidades de produção camponesas passam a sê-lo e parte deles é destinada para o abastecimento alimentar das próprias famílias produtoras.

Com isso, a renda familiar melhora não apenas devido à cota mensal que os camponeses recebem através dos contratos firmados com o PAA, mas também porque a necessidade de comprar alimentos de fora da sua unidade de produção torna-se menor.

Por fim, também contribui para leitura do PAA como política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu a **valorização do trabalho feminino**. O PAA incentiva a participação de associações formadas por mulheres como forma de também inseri-las no mercado institucional de alimentos. No Cantuquiriguaçu não encontramos nenhuma associação de mulheres comercializando com o PAA, contudo, observa-se que as mulheres desempenham um importante papel na condução do PAA em cooperativas e associações mistas.

A diversificação produtiva prevista pelo PAA tem feito com que as mulheres camponesas tenham uma participação mais efetiva na gestão da unidade familiar. Isso porque muitos dos produtos comercializados através do PAA são cultivados em pequenas hortas, manejadas exclusivamente pelas mulheres nas unidades de produção camponesas. Além do mais, elas também possuem uma importante participação no beneficiamento dos produtos, sejam quando ele ocorre nas cozinhas de cooperativas e associações ou então quando ele é feito na própria unidade de produção camponesa. Isso indica que mesmo sendo a grande maioria dos contratos do PAA firmados com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do homem, as mulheres não deixam de ter grande importância na efetivação do PAA (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

Em uma avaliação sobre a relação entre o PAA e o trabalho feminino no Cantuquiriguaçu, M. R. da EMATER, assevera que houve a

[...] inclusão da mulher, da valorização do trabalho dela, houve um resgate da autoestima da mulher porque, este tipo de produto, no caso da horta, panificados, produtos transformados, a família, o homem, chefe da família, não dava tanta importância. E que através do PAA foi visto que é possível, na alimentação, na subsistência, você ter uma renda proveniente destas atividades, vamos dizer assim, “menores” na propriedade (M. R. - Funcionário da EMATER - 08/2013, grifos nossos).

Assim, produtos que antes não tinham significativo valor comercial para os camponeses passam a tê-lo na medida em que o PAA é efetivado. Boa parte desses produtos é cultivado pelas mulheres. Essa nova possibilidade de comercialização faz com que elas tenham a autoestima elevada e se tornem ainda mais importantes para o desempenho econômico das unidades de produção camponesas. Isso rompe com a lógica patriarcal em que o homem é visto como responsável pelas questões financeiras da família e a mulher deve se responsabilizar apenas por cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos.

Pelo PAA cria-se a possibilidade de o trabalho feminino adquirir importância estrutural nas unidades de produção camponesas. Isso porque a renda obtida através dos produtos cultivados ou processados pelas mulheres passa a ser fundamental para a família.

Um exemplo da importância do trabalho feminino para a efetivação do PAA é o da COOPERJUNHO. A cozinha industrial da cooperativa é gerenciada exclusivamente por um grupo de mulheres assentadas. O trabalho delas é fundamental para que os alimentos produzidos nos lotes do assentamento e destinados ao mercado institucional sejam beneficiados e assim, adquiram maior valor de comercialização.

As políticas públicas de comercialização através do mercado institucional têm contribuído para o aumento da importância do grupo de mulheres dentro da cooperativa.

[...] a gente começou em quatro mulheres. A gente tinha um sonho desde a época do acampamento de que quando saísse o assentamento nós íamos

montar uma cooperativa de mulheres. E esse sonho a gente foi mantendo, uns quatro anos de barraco até quando nós fomos assentados a gente começou a correr atrás do sonho. Em 2005, a gente começou a produção, trabalhava quatro mulheres num espaço bem pequeno com uns equipamentos que foram conseguidos num projeto da Secretaria do Trabalho, com o Padre Roque na época, e tinha também o pessoal da Secretaria do Trabalho de Guarapuava que nos amparou muito. No começo, a gente conseguiu dois fornos à lenha e um à gás, e tinha cilindros pequenininhos. No começo a gente fazia pão na bacia, amassava na bacia, e a gente começou a entregar pra merenda escolar e pro pessoal que comprava. Daí foi crescendo a demanda, no PAA, aí a demanda cresceu e nós precisamos de equipamentos de estrutura, de espaço. A gente começou só num pedacinho pequenininho e daí fomos ampliando, ampliando, e buscando recursos e usando recursos próprios e fomos aumentando. Como você vê, a gente já tem uma estrutura grande que já se tornou pequena pela produção (M. S. - Cooperada da COOPERJUNHO e beneficiária do PAA - 27/08/2014).

Portanto, o PAA tem sido importante por valorizar a comercialização de alimentos que são produzidos através de significativa contribuição do trabalho feminino. Mesmo que ainda não existam cooperativas ou associações geridas exclusivamente por mulheres no Cantuquiriguaçu, pode-se concluir que essa política pública tem colaborado para que as mulheres adquiram maior importância nas unidades de produção camponesas.

Por esses fatores apresentados até aqui, o PAA tem funcionado como uma importante alternativa para a viabilização das unidades de produção camponesas no território Cantuquiriguaçu. Isso tem gerado uma autonomia relativa em relação ao agronegócio.

## Considerações finais

Nesse trabalho foi mostrado que o PAA tem contribuído para uma maior autonomia relativa por parte dos camponeses do território Cantuquiriguaçu constituindo-se como uma política pública emancipatória. Apesar de problemas como: entraves para comercialização de produtos de origem animal e beneficiados, em razão da dificuldade em obter certificação fitossanitária; o baixo valor da cota anual e casos pontuais de corrupção por parte de camponeses e de membros do Poder Público, constata-se que o PAA tem exercido um importante papel na dinamização das unidades de produção camponesas.

Dentre os principais impactos positivos presenciados na agricultura camponesa do território Cantuquiriguaçu constam: o incentivo à formação de cooperativas e associações camponesas, além do fortalecimento das já existentes; a diversificação produtiva, diminuindo as práticas monocultoras nas unidades de produção camponesas; diminuição da penosidade do trabalho e garantia de renda; além de uma maior valorização do trabalho feminino. Isso indica que o PAA constitui-se como uma política pública com potencial para fortalecer relações sociais diferentes das capitalistas, contribuindo com um modelo de desenvolvimento alternativo.

## Referências

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, 42, 2, p. 13-21, 2012.

ANDERSON, M. The role of US consumers and producers in food sovereignty. In: Food Sovereignty: a critical dialogue - International Conference, 2013, New Haven. **Anais...** New Haven: Program in Agrarian Studies of Yale University, 2013.

BRASIL, Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

BRASIL, Lei nº 11.326/2006, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar:** renda para quem produz e comida na mesa para quem precisa. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

COCA, E. L. F. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária:** análise dos tipos de assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, campus de Presidente Prudente.

COOPAVEL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE CASCAVEL. **Institucional.** Disponível em: <<http://www.coopavel.com.br/institucional>>. Acesso em 21 de março de 2015.

De SCHUTTER, O. **The power of procurement:** public purchasing in the service of the realizing the right to food. Roma: UN Special Rapporteur on the Right to Food, 2014.

DURAT, C. A. Terras de aldeamentos: trajetória de Atalaia e sepultura nos Campos de Guarapuava (século XIX). **Revista Crítica Histórica**, 3, Maceió, 2011.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST (1979-1999), 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, *campus* de Presidente Prudente.

FERRANTE, V. L.; DUVAL, H. C.; GÊMERO, C. G. Sistemas produtivos e políticas públicas em assentamentos rurais do estado de São Paulo: similitudes e diferenças entre duas regiões. **Agrária**, São Paulo, 14, p. 23-54, 2011.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas, Brasília**, 21, p.211-259, 2000.

GAZETA DO POVO. **Paraná tem 12% do território coberto por vegetação nativa.** 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1007897>>. Acesso em 10 nov. 2014.

LEITE, R. F. **Nos limites da colonização:** ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878). 2006. Tese (Doutorado em História ). Universidade de São Paulo, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de março de 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de março de 2015.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Diagnostico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1a fase caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção, e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UNB)**, 7, p. 33-44, 2007.

McMURTRY, J. J. The political economy of procurement. **Canadian Public Policy**, Toronto, 40, 1, p. 26-38, 2014.

MELAZZO, E. S. **Padrões e desigualdades em cidades paulistas de porte médio**. A agenda das políticas públicas em disputa, 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente.

MYSKIW, A. M. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação Interinstitucional em História - Universidade Federal Fluminense/Universidade do Oeste do Paraná.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 21 de março de 2015.

PORTAL KAIGANG. **Relação de Aldeias**. Rio das Cobras. Curitiba: 2014.

REDE DATALUTA. **DATALUTA** - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 18, 2, p. 12-32, 2011.

SOUZA, M. J. L. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA JÚNIOR, X. S. S. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa - PB**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

SPAROVEK, G. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região Nordeste. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. (orgs.). **Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate – síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**, n. 5, 2007.

THOMPSON, O. M.; TWOMEY, M. P.; HEMPHILL, M. A.; KEENE, K.; SEIBERT, N.; HARISSON, D.; STEWART, K. B. Farm to School program participation: an emerging market for small or limited resources farmers? **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, Morristown, 9, 1, p. 33-47, 2015.

VINHOLI, A. R. **O simbolismo das identidades naufragadas no território Cantuquiriguaçu**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM). Programa de Pós-graduação em Administração.

WITTMAN, H.; BLESCH, J. **Food sovereignty and Fome Zero**: connecting food procurement programs to sustainable development in Brazil. 2014 (no prelo).